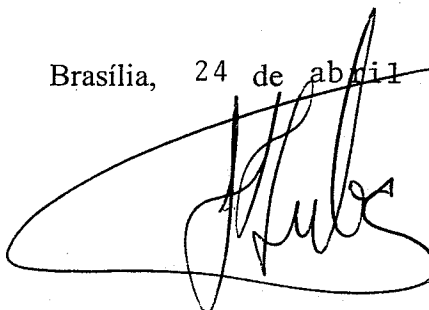


Mensagem nº 268

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.281, de 2003, que “Institui a Taxa de Credenciamento – TCD, a Taxa de Fiscalização e de Manutenção de Credenciamento – TFM, as multas que especifica, e dá outras providências”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 510, de 2003.

Brasília, 24 de abril de 2006.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the Minister of State mentioned in the text. The signature is written over the date and extends across the right side of the page.

EM nº 09 - CC/PR

Brasília, 24 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência solicitação de retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.281, de 2003, que "Institui a Taxa de Credenciamento - TCD, a Taxa de Fiscalização e de Manutenção de Credenciamento - TFM, as multas que especifica, e dá outras providências".

2. O ITI é uma Autarquia Federal designada para exercer a função de Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e, como autarquia, deveria possuir autonomia financeira, conforme preconiza o Decreto-Lei nº 200, de 1967. Desde sua criação, porém, subsiste com verbas repassadas pelo Tesouro Nacional.

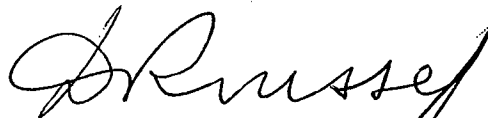
3. O Projeto de Lei nº 2.281, de 2003, foi elaborado com a finalidade de criar política arrecadatória própria para sustentação do Instituto, baseada na cobrança de taxas sobre as atividades de credenciamento, manutenção de credenciamento e fiscalização das entidades vinculadas à ICP-Brasil, atividades essas que são de responsabilidade do ITI.

4. Ocorre que a política arrecadatória proposta, considerados os valores das taxas estipuladas no Projeto de Lei nº 2.281, de 2003, e a quantidade de entidades atualmente credenciadas, não permitiria, hoje, sustentar as atividades do Instituto.

5. Por fim, observamos que os termos em que a matéria é tratada no Projeto de Lei nº 2.281, de 2003, já não mais se coadunam com aqueles utilizados no Projeto de Lei nº 7.316, de 2002, que visa substituir a Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, disciplinando o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação digital no Brasil.

6. Diante dessas considerações, submeto à apreciação de Vossa Excelência proposta no sentido de que o referido Projeto de Lei seja retirado de tramitação no Congresso Nacional, para que esta Casa Civil possa reavaliar a matéria.

Respeitosamente,



DILMA ROUSSEF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Da Presidência da República